

**ST 18 – HISTÓRIA AGRÁRIA E SUAS POSSIBILIDADES DE  
PESQUISA**

## História de um mercado: fluxos de soja entre Rio Grande do Sul e China

A market's history: Soy flows between Rio Grande do Sul (Brazil) and China

Ângelo Belletti<sup>1</sup>

Partindo da premissa de mercados enquanto conjunto de instituições formadas através das dinâmicas históricas, a pesquisa se volta para a cadeia de soja, refletindo sobre a formação de relações comerciais e dialogando com as trajetórias de Brasil e China em relação a essas práticas. Objetiva-se analisar as influências entre emergência de instituições, relações econômicas internacionais e definição de mercados através da observação do caso específico sojícola.

Para tal, realiza-se uma retomada da noção de mercados (BECKERT; 2017; 2010a; 2007b; 1996; THELEN, 2012; HODGSON, 1994;), aprofunda-se no tema de formação de instituições (STREECK, 2012; BLOCK; EVANS, 2005; DIMAGGIO; POWELL, 2005; HODGSON, 2005) e no ambiente histórico do capitalismo contemporâneo (MCMICHAEL, 2016; 2009; SCHNEIDER, 2016; FIORI, 2015; WALLERSTEIN, 2004; FRIEDMANN, 1999).

A perspectiva institucionalista oferece possibilidade de leitura sobre os processos mercadológicos de forma não monolítica, considerando as práticas sociais desenvolvidas pelos conjuntos humanos analisados. A partir da mesma, a

---

<sup>1</sup> Mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: [angelo.belletti@hotmail.com](mailto:angelo.belletti@hotmail.com).

circulação de itens entre diferentes pessoas é percebida dentro do conjunto de regras, diretrizes e condições humanas dos agentes postos em contato no momento da operação (HODGSON, 1994; 2006). Assim, mercados são, para além da transferência da posse sobre algo, as bases conceituais e culturais sobre a qual os intercambiantes operam (BECKERT, 2007a). De forma que mercados são um conjunto específico de práticas imersas nas estruturas civis sociais, as quais, por sua vez, são frutos do processo histórico da realidade analisada (BECKERT, 2007b; BLOCK; EVANS, 2005; POLANYI, 1944).

As realidades sócio-históricas são ambientes nos quais os indivíduos operacionalizam suas ações de forma livre, porém livres dentro do arcabouço definido pela cultura e práticas socialmente endossadas dentro da realidade disponível (WALLERSTEIN, 2004). Instituições operam, nesse contexto, como diretrizes legais e morais das ações cotidianas, privilegiando algumas práticas, punindo e combatendo outras – seja através de artifícios diretos ou indiretos (HALL; TAYLOR, 2003; THERET, 2003). Assim, a própria noção das mercadorias estaria atrelada ao ambiente imaginário apresentado pelo contexto institucional (BECKERT, 2017). É apenas através de uma construção simbólica específica que elementos como a terra e a vida humana podem ser considerados mercadorias – como apontava Karl Polanyi (1944) sobre as ‘mercadorias fictícias’.

Cabe aqui o tensionamento sobre como formam-se as instituições que pautam as diferentes estâncias da sociabilidade humana – e, como apontado

anteriormente, os próprios mercados. Para tal, sublinha-se que atores históricos, apesar de submetidos a um mesmo arcabouço de dinâmicas, dispõe de distintas posições dentro das hierarquias sociais e capacidades de influência no conjunto (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011; BECKERT, 2010a; FLIGSTEIN, 2007).

Assim, atores podem operar, através de maior poder social, de forma a forçar, reformar ou endossar algumas práticas, potencialmente resultando em institucionalizações (BECKERT, 2010a; THERET, 2003). Da relação entre grupos que dispõe de capacidades de influência social heterogênea é que emerge um catalisador de mudanças sociais. Ou seja, a dialética do conflito entre os diferentes enquanto um elemento preponderante da formação institucional (VIEGAS, 2009; THERET, 2003).

Essa catalisação pode ocorrer através de processos socialmente entendidos enquanto formais – como a construção de legislaturas –, ou informalizados – como o constrangimento coletivo sobre práticas específicas. Nesse contexto, a formação institucional ocorre sempre em perspectiva relacional ao seu ambiente histórico, os atores ali envolvidos e as próprias instituições preexistentes. Podendo representar um rompimento drástico com o anterior, ou uma adaptação de práticas às novas proposições (BECKERT, 2010a; FLIGSTEIN, 2007; STREECK; THELEN, 2005).

Considerando que mercados são um conjunto de instituições, as quais são formadas através de conflitos entre atores que dispõe de diferentes poderes e influências entre si, compreender as relações entre o mercado de soja e as

economias de China e Brasil passa pela leitura do escopo estrutural no qual tais atores operam. Ou seja, quais as diretrizes formadas através das dinâmicas sociohistóricas que configuram as possibilidades de influência e operacionalização no cenário internacional. Para tal, as construções sobre Sistema Mundo (FIORI, 2015; WALLERSTEIN, 2004) e Regimes Alimentares (MCMICHAEL, 2016; 2009; FRIEDMANN, 1978; SCHNEIDER, 2016) trazem elementos interessantes ao debate.

Pensando na definição do processo global do capitalismo, Braudel (1987) parte de três elementos centrais: (i) o mesmo ocupa um espaço geográfico específico, o qual pode alterar-se ao longo do tempo; (ii) essa amplitude tem um polo, que historicamente foram tanto Estados, como regiões, como cidades-Estado; e (iii) ao entorno desse centro, o sistema reparte-se em níveis de poder político econômico. Essa estrutura, originada pela conformação de dinâmicas sociais específicas, fundamentou mercados e Estados capitalistas, os quais, após emergirem no continente europeu, expandiram-se globalmente (WALLERSTEIN, 2004; FARIA, 1999).

A centralidade dessas economias e seus efeitos institucionais sobre os demais países afetam as diferentes estâncias de produção e circulação de capital (WOOD, 2014; CHANG, 2004). Fluxos específicos são condicionados de acordo com o poder e ação dos países que ocupam uma posição de destaque no Sistema Mundo. É nesse espaço que podemos construir o debate sobre fluxos agroalimentares, e conceitualmente, Regimes Alimentares.

A perspectiva dos Regimes Alimentares emergiu com Harriet Friedmann, na década de 80, quando a autora estudou os fluxos de trigo entre EUA e as demais economias (MCMICHAEL, 2009; FRIEDMANN, 1978). Progressivamente, e com a contribuição de outros autores, identificou-se como a produção agrícola global atendia a diretrizes específicas construídas e promovidas pelas nações que ocupassem o centro do processo de acumulação de capital. Ou seja, Estados com predomínio econômico e político conformariam mercados que os favorecem dentro de especificidades que lhes sejam mais vantajosas. A partir desse disparador, chegou-se a leitura de três Regimes Alimentares (MCMICHAEL, 2016; SCHNEIDER, 2016).

A consonância de ambas as perspectivas internacionalistas possibilita pontuar como instituições globais, historicamente construídas, afetam as práticas presentes e, logo, a formação de possíveis novos ambientes institucionais (CHANG, 2004). Através de diferentes poderes – militares, econômicos, diplomáticos e afins –, os centros do Sistema Mundo e dos Regimes Alimentares seriam espaços de maior potencial de influência sobre processos sociais relacionados à formação institucional.

Assim, as instituições estão inseridas nos contextos sócio-históricos relativos, emergindo e alterando-se de acordo com os conflitos e circulação de poderes nos mesmos.

Então, volta-se para o caso específico das cadeias de grãos e soja entre Brasil e China através da observação três elementos elegidos: a formação do preço da soja; o crescimento da importância da oleaginosa dentro da economia chinesa; e a relação entre produção agroalimentar e os efeitos sobre o ambiente ecológico dentro do território brasileiro. Esses foram selecionados a partir de uma observação sobre diferentes variáveis relacionadas ao tema. Como dados quantitativos de diferentes organismos (Comércio Exterior do Brasil; Associação Nacional de Transporte Aquaviário; Censo Agropecuário) e produções secundárias de atores da cadeia (palestras e reportagens) e publicações acadêmicas. Entende-se que os três eixos apontam para diferentes dinâmicas envolvidas nos mercados agrícolas e que fomentam formação e estruturação institucional.

Como resultado, foram levantadas informações que apontam para diversas correlações entre estruturas, instituições internacionais e instituições locais.

No caso da precificação da soja plantada no Brasil, emerge enquanto significação de diversas dinâmicas internacionais que acarretam efeitos práticos diretos sobre o fomento de uma cultura econômica dentro do território nacional. Considerando instituições enquanto as diversas formas de sociabilidade, sejam formais ou não (HODGSON, 2006), elementos como o padrão dólar e a especulação financeira aparecem enquanto resultados locais de globais – como a hegemonia estadunidense por certos períodos e a crise do capital produtivo.

Já no caso do crescimento chinês no mercado internacional, a soja aparece como um produto agrícola carregado de significação mercadológica. Como aponta McMichael (2016), o Terceiro Regime Alimentar caracterizaria produtos agroalimentares primeiro enquanto valor de troca para, somente então, serem considerados em seu valor de uso.

Por sua vez, a relação entre meio ambiente e produção agrícola no Brasil, em profundo diálogo com a realidade apresentada para a leitura chinesa sobre a soja, o caso brasileiro indica a construção do imaginário sobre um grão que excede as fronteiras da leguminosa em si. Como aponta Polanyi (1944), condições sociais muito específicas precisariam existir para que elementos como a terra fossem entendidos enquanto mercadorias. Por mais que aqui não se trate da terra em si, mas de uma produção a partir da mesma, é interessante notar a construção de instituições específicas que possibilitem que uma produção destrua a manutenção do ambiente natural ao seu entorno.

A proposição inicial de relacionar perspectivas institucionais – especialmente aquelas vinculadas ao institucionalismo histórico e ao sociológico – com teorias do Sistema Mundo e dos Regimes Alimentares apresentou efetividade. Ainda que precise ser tensionada em diferentes momentos para sanção de possíveis conflitos.

A temática explorada no artigo ganhará profundamente com maiores produções relacionadas a cadeia de soja que parta de perspectivas semelhantes, bem como através de uma exploração mais densa dos segmentos expostos.



Romper com a naturalização dos mercados e pensar quais seus elementos de atuação é prática essencial na economia contemporânea, na qual urge repensar as relações entre seres humanos, sistemas alimentares e o ambiente no qual vivemos.

## Referências

BECKERT, J.. What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action. *Theory and Society*, v. 25, pp. 803-840, 1996.

BECKERT, J.. Social Order of Markets. *MPlfG Discussion Paper 07/15*. 2007a.

BECKERT, J.. The Great Transformation of Embeddedness: Karl Polany and the New Economic Sociology. *MplfG Discussion Paper 07/01*. 2007b.

BECKERT, J.. How do fields change? The interrelations of institutions, networks, and cognition in the dynamics of markets. *Organization Studies*, v. 31, n. 5, 2010a.

BECKERT, J.. Institutional Isomorphism Revisited: Convergence and Divergence in Institutional Change. *Sociological Theory*, v. 28, n. 2, 2010b.

BLOCK, F.; EVANS, P.. The State and the Economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). *Handbook of Economic Sociology*. Princeton, 2005.

BRAUDEL, F.. *A dinâmica do capitalismo*. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 1987.

CHANG, H. J.. *Chutando a escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. UNESP: São Paulo, 2003.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W.. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE*, v. 45, n. 2, 2005.

FARIA, L. A.. Capitalismo, espaço e tempo. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, 1999.

FLIGSTEIN, N., MCADAM, D.. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. *Sociological Theory*, v. 29, 2001.

FIORI, J. L.. *História, Estratégia e Desenvolvimento*. Boitempo: São Paulo, 2015.

FRIEDMANN, H.. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 1, 1978.

HARVEY, D.. *A produção capitalista do espaço*. Annablume, São Paulo, 2005.

HODGSON, G.. What are institutions?. *Journal of Economic Issues*, v. 40, 2006.

HODGSON, G.. Os mercados como instituições. In: HODGSON, G.. *Economia e Instituições: Manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Celta: Oeiras, 1994.

HUANG, P.. China's New Age Small Farms and their vertical integration: agribusiness or co-ops?. *Modern China*, v. 37, n. 2, 2011.

MCMICHAEL, P.. *Regimes alimentares e questões agrárias*. UFRGS: Porto Alegre, 2016.

POLANYI, K.. *A Grande Transformação*. Campus: São Paulo, 2000 [1944].

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M. N.; ESCHER, F.. Regimes Agroalimentares e o lugar da agricultura familiar. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias*, v. 1, n. 1, 2016.

STREECK, W.; THELEN, K.. Introduction: institutional change in advanced political economies, In: STREECK, W.; THELEN, K. (eds.), *Beyond Continuity*. Oxford University Press: Oxford, 2005.

STREECK, W.. How to study contemporary capitalism? *European Journal of Sociology*, v. 53, n. 1, 2012.

THÉRET, B.. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n.58, 2003.

WESZ JUNIOR, V. J.. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso do Sul (Brasil)*. Tese de Doutorado em Ciências (UFRRJ). Brasil, 2014.

VIEGAS, R.N.. Environmental conflicts and material and symbolical struggles. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, pp. 145–157, 2009.

WALLERSTEIN, I.. *Análises del Sistema Mundo: una introduccion*. Siglo XXI, 2004.

**Estado e Revolução Agrária no Alentejo: a legitimação da reforma agrária  
através da aplicação das leis de Expropriação/Nacionalização e da imprensa  
portuguesa (1974-1976)**

State and Agrarian Revolution in Alentejo: the legitimization of agrarian reform  
through the application of the Expropriation/ Nationalization laws and the portuguese  
press (1974-1976)

Raniele Alves Sousa<sup>1</sup>

### **Introdução**

A Revolução dos Cravos pôs fim aos 48 anos da ditadura do Estado Novo em Portugal, que segundo José Soeiro (2013) condenou o país ao atraso e ao subdesenvolvimento. Desta forma, o golpe realizado em 25 de abril pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) possibilitou a abertura de um processo de reivindicações que durante o período de vigência da ditadura estadonovista foram contidas pelo aparelho repressivo do Estado Novo.

Com o fim do regime estadonovista tiveram início os governos provisórios e se abriu no país um intenso processo de lutas sociais e políticas. Diante disto, ocorreu a reorganização dos sindicatos e a formação de um poderoso movimento dos trabalhadores que juntos buscavam seus direitos. Assim, diversas instâncias da sociedade passaram por mudanças, dentre tais, temos a ação dos trabalhadores

---

<sup>1</sup> Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC/UEMA). Contato: ranielesousaalves170@outlook.com

rurais alentejanos na luta pela posse da terra, pelo pleno emprego e pelo fim da exploração pelos latifundiários.

Durante este processo a Revolução Agrária do Alentejo assumiu grandes proporções. Dito isto, refletir historicamente acerca dos (des)caminhos da questão agrária e os distintos movimentos de luta pela terra no século XX, demanda considerar a permanência de uma estrutura agrária caracterizada pelo latifúndio. Para tal, no caso de Portugal é de suma importância a compreensão da atuação do Estado durante este período, visto que este teve um importante papel na legitimação da reforma agrária e na desagregação dos latifúndios.

Em 14 de maio de 1974 foi publicado o Programa do Movimento das Forças Armadas, que organizou uma estrutura constitucional temporária até se compor uma nova Constituição. Este programa nas suas medidas a curto prazo, determinava uma política econômica ao serviço do povo português, “a estratégia antimonopolista e uma política social que visava essencialmente a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas” (ALMEIDA, 2006, p.140). Neste cenário, o Movimento das Forças Armadas (MFA), que assumiu o poder com a destituição de Marcelo Caetano através da Revolução dos Cravos, abriu um canal de negociação com os trabalhadores rurais e, paulatinamente, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Trabalho aprovou os elementos centrais da plataforma da Revolução Agrária.

Esta pesquisa objetivou analisar a atuação do Estado português, para a compreensão de seu papel de legitimador da reforma agrária através da publicação

dos Decretos-Leis, destacando assim seus reflexos na vida dos trabalhadores rurais. Diante disto, propomos investigar as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as ocupações e expropriações realizadas durante a Revolução Agrária do Alentejo e compreender a atuação dos trabalhadores rurais, através das publicações dos jornais portugueses Diário do Alentejo e Combate, bem como, das Leis de Expropriação/Nacionalização, entre os anos de 1974-1976.

### **Os (des)caminhos da reforma agrária no Alentejo**

Para a análise deste processo desencadeado em Portugal parte-se dos pressupostos teóricos que destacam elementos que se referem ao papel do Estado e as suas instituições. Nesta acepção, fazemos uso dos contributos teóricos do filósofo italiano Antonio Gramsci, que se propôs a pensar o Estado e a atuação dos intelectuais na caracterização da função política exercida sob a sociedade. Percebe-se que Gramsci compreende o Estado não somente enquanto uma instituição simples e isolada, mas também como um mecanismo coercitivo, que pode atuar de diferentes maneiras para a organização de determinada sociedade. Desta forma, “o Estado é todo o conjunto das atividades práticas e teóricas através das quais a classe dirigente justifica e mantém o seu domínio” (GRAMSCI, 1977, p. 1765).

Dentro da perspectiva deste teórico, alguns conceitos centrais nos ajudam a analisar o Estado português no período de transição política, dentre tais destacam-se os conceitos de Sociedade Civil e Sociedade Política, duas esferas que possuem diferenças e são concebidas por Gramsci, segundo Carlos Nelson Coutinho (1989) de forma autônoma, mas que juntas constituem o Estado em seu sentido amplo.

Para o filósofo italiano, na Sociedade Civil ocorrem embates constantes de projetos que buscam tornar-se hegemônicos. Este processo pode ser observado durante a transição política em Portugal, nos embates políticos que ocorreram para a dominação do Estado, sobretudo, pós-golpe de 25 de abril, em que cada grupo político procurava ser predominante e eliminar seus concorrentes na luta pelo poder. Tendo como reflexo conflitos direto de teorias, ideologias e projetos que defendiam como a melhor forma de materialização do exercício do seu domínio, bem como, o de governar o Estado Restrito<sup>2</sup>.

Para tanto, em Portugal antes da propriedade da terra, o Estado estava como objeto central das lutas, afinal, a conquista deste e do seu aparelho civil e administrativo foi o ponto de partida do processo revolucionário desencadeado no país, que obteve como um de seus resultados centrais a reforma agrária do Alentejo, na qual os trabalhadores organizados em Cooperativas ou Unidades Coletivas de Produção (UCP) começaram a explorar por conta própria os latifúndios para produção agrícola, objetivando seus direitos e uma distribuição mais justa da posse da terra. Logo, a grande propriedade e o poder econômico dos proprietários e de suas empresas capitalistas agrícolas transformaram-se em alvos da Revolução social em curso.

A região que aqui discutimos inclui o Alentejo e uma parte do Ribatejo. Desde 1976 que esta passou a ser designada de ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma

---

<sup>2</sup> De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1989) o conceito “Restrito” de Estado - corresponde à “Sociedade Política”, que se refere ao aparato governamental formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo.

Agrária), concebida através do Decreto-Lei n.º 236-B/76, cujos limites marcaram a esfera de aplicação das leis fundiárias de Expropriação e Nacionalização.

Nos campos do sul do país, com a transição política, ocorreu a mobilização de milhares de pessoas, principalmente dos trabalhadores rurais. Todo este processo que se abriu na região transformou profundamente as estruturas da propriedade. Logo, nas forças políticas que tiveram uma atuação ativa pós-Revolução (o MFA, PCP, PS)<sup>3</sup> cresceram interesses em particular pela região.

Observa-se que a reforma agrária foi obra dos trabalhadores agrícolas, sendo resultado das suas forças organizadas nos sindicatos que após o 25 de Abril foram formados. Assim, estes foram apoiados pelo Partido Comunista Português, que lançou a ordem “A terra a quem trabalha”. Nesta acepção, fazendo uso das palavras de António Murteira (2004), a reforma agrária propôs-se responder à satisfação de dois direitos fundamentais de todo ser humano e de todos os povos, “o direito à liberdade e ao pão” (MURTEIRA, 2004, p. 18). Logo, nota-se que a questão central que gerou o quadro conflituoso no Alentejo, foi a que se referia a solução do desemprego dos trabalhadores agrícolas.

### **A Revolução Agrária do Alentejo a partir dos jornais Diário do Alentejo e Combate**

Um conceito gramsciano bastante significativo nesta pesquisa é o de Aparelhos Privados de Hegemonia, que quando estabelecidos na Sociedade Civil na arbitragem de um projeto hegemônico ou contra-hegemônico, é um dos pontos centrais para o

---

<sup>3</sup> Movimento das Forças Armadas, Partido Comunista Português e Partido Socialista, respectivamente.



entendimento dos métodos de nacionalização do projeto que se estendeu de 1974-1976 que visava o fim do latifúndio e a reforma agrária em Portugal, cujo propósito era consolidar a posse da terra aos trabalhadores rurais.

No que tange ao processo de análise das notícias do jornal Diário do Alentejo, dividiu-se em dois eixos: o primeiro, refere-se às notícias antes da Revolução dos Cravos e o segundo, assinala as notícias pós-Revolução. No que se refere a questão agrária no período pré-Revolução dos Cravos, observa-se que suas notícias e colunas destinavam-se a comentar a respeito do Alentejo e das suas terras a partir de uma ótica mais técnica, como em suas colunas da Semana Agrícola, que discutiam os problemas da agricultura alentejana em seus diversos aspectos técnicos (como por exemplo as técnicas de colheita), não retratando os problemas enfrentados pela classe dos trabalhadores rurais.

No mês de junho de 1974, aumentaram as interferências do Partido Socialista e do Partido Comunista Português sobre a região alentejana, visto que ambos estavam na luta pela hegemonia sob o aparelho estatal. Esta questão refletiu nas temáticas das notícias e colunas do jornal Diário do Alentejo, que apresentavam e notificavam os comícios feitos por estes partidos na região, na busca por angariar apoios dos trabalhadores rurais, apresentando-se como organismos políticos que defenderiam suas causas dentro do Estado. Nesta acepção, no jornal publicado no dia 1 de junho, noticia-se:

O Partido Comunista Português inicia neste fim de semana uma série de comícios no distrito de Beja, Pias e Aljustrel. Na sede do PCP, em Beja, continuam a realizar-se reuniões de classe para debate dos mais instantes

problemas que afetam o proletariado português (DIÁRIO DO ALENTEJO, 01/06/197, p. 1).

Durante a análise do jornal português Combate, entre o período proposto (1974-1976), percebeu-se a sua busca por novos significados às causas trabalhistas e incentivo à luta pela reforma agrária no campo, tendo os trabalhadores como eixo central de sua causa e idealizando a trajetória que estes deveriam traçar na luta pelos seus direitos fundamentais. Desta forma, uma das prerrogativas apresentadas pelo Combate foi tratar a luta dos explorados do campo como um dos eixos fundamentais na luta das massas trabalhadoras. Diante desta colocação, observa-se que para este jornal, a união dos trabalhadores (tanto da zona rural, quanto da zona urbana de Portugal) seria um meio pelo qual ocorreria a tomada de poder, e conseqüentemente, tornaria o projeto desta classe hegemônico:

É absolutamente necessário unir a luta dos trabalhadores das cidades com a luta dos explorados do campo [...]. É através de uma ligação estreita com as lutas camponesas e de desenvolvimento dessas ligações para todos os pontos do país que se poderão estabelecer os pontos de demarcação essenciais relativamente à questão agrária (COMBATE, 21/06/1974, p. 5).

Na notícia intitulada Greve no Montoito<sup>4</sup> - a luta dos trabalhadores rurais alentejanos, o jornal Combate mostra o quanto estes trabalhadores estavam unidos em busca de uma causa de interesse de todos, a saber: melhores salários. Deste modo:

Os trabalhadores rurais de Montoito (cerca de 200) na região de Évora, decidiram em fins de maio exigir do patronato um aumento dos seus miseráveis salários. Deliberaram coletivamente reivindicar 2000 por cada

---

<sup>4</sup> Freguesia portuguesa do município de Redondo, no Alentejo.

hora de trabalho igual para todos os trabalhadores do sexo masculino (COMBATE, 3 a 13/07/1974, p. 2).

Nesta conjuntura, o jornal aponta que a decisão dos grandes proprietários de terras foi a de tentar dividir a classe dos trabalhadores rurais do Montoito, ao dizer que: “ao fim deste tempo, os agrários numa tentativa de divisão dos trabalhadores concederam aumento aos tratoristas (que são uma minoria) e negaram qualquer aumento aos trabalhadores de braço” (COMBATE, 3 a 13/07/1974, p. 2). Todavia, a notícia ressalta que os tratoristas continuaram ao lado dos demais trabalhadores e não aceitaram o aumento salarial proposto.

Com a busca de melhorias por parte da classe dos trabalhadores rurais, dentre as quais destacam-se a luta pelo aumento dos salários e pelo pleno emprego, ocorreram por parte dos latifundiários o descumprimento dos contratos coletivos de trabalho, um dos fatores que compuseram as chamadas sabotagens econômicas. Desta forma, com os diversos problemas ocasionados pelo sistema agrícola latifundiário, a reforma agrária teve no desemprego o seu estímulo central. Conseqüentemente, nota-se que nas zonas de maior proletarização agrícola e com maior índice de desemprego, gerou-se o processo de ocupações coletivas das terras, que teve seu pontapé inicial em novembro de 1974.

### **Análise das leis de Expropriação e Nacionalização**

Observa-se que com a defesa dos direitos dos trabalhadores, o Estado incentivava cada vez mais as ocupações e punia os grandes proprietários que resistissem. Com o Decreto-Lei nº406-A/75, foi estabelecido os limites máximos das propriedades para 700 ha. Aos proprietários que fossem expropriados foi concedido o

V Encontro Discente de História da UFRGS, Porto Alegre, v. 13, n. 29, janeiro 2022

direito de reserva, que se estendeu aos casos dos proprietários que explorassem a terra e fossem agricultores diretos, ou seja, que tiravam seus rendimentos, exclusivos ou predominante, da atividade agrícola.

Além do Decreto-lei nº406-A/75, o processo de legalização da reforma agrária foi formado por outros decretos. No que tange ao Decreto-lei nº. 406-B/75, este previa mecanismos de créditos para as terras ocupadas e, sobretudo, as normas de reconhecimento legal das Unidades Coletivas de Produção, aprovando concessões de créditos agrícolas. Já o Decreto-lei nº. 407-A/75, por sua vez, nacionalizou integralmente os perímetros de regadio.

O Decreto-lei nº 407-B/75 referiu-se ao controle sobre a produção da cortiça. Logo, este assinalava que como a cortiça teria sido uma das principais fontes de riquezas dos grandes agrários, esta poderia ser expropriada pelo Estado. O Decreto-Lei nº. 407-C/75, por sua vez, resultou na permissão das coutadas<sup>5</sup> e se tornou um importante fator para o amparo às famílias rurais portuguesas que viviam em extrema pobreza e não conseguiam comprar e consumir carne.

Este aparato legal concretizou os avanços feitos durante o processo de reforma agrária, levando à aceleração das ocupações. Deste modo, estas leis tiveram um importante papel para a desagregação do poder dos grandes proprietários, bem como, na salvaguarda dos meios de produção que foram colocados à disposição dos sindicatos e dos trabalhadores rurais. No dia 27 de setembro, os Ministérios da Agricultura e das Finanças publicaram o Decreto-lei nº. 541-B/75, que proporcionou

---

<sup>5</sup> Permissão da caça aos animais.

que o crédito agrícola de emergência (CAE) fosse usado para o pagamento de salários das Unidades Coletivas de Produção. Resultado imediato dessa ação, as “ocupações aumentaram cerca de 42.000 ha em outubro e 230.000 ha em novembro” (BARRETO, 2017, p. 296).

### **Considerações Finais**

Entende-se que o Estado português após a Revolução dos Cravos, foi um importante meio de exercício de poder e um instrumento de ação que esteve no cerne das lutas. Logo, as forças políticas e as forças sociais agiram através dos recursos que este forneceu, tais como: a legalidade, a força e os meios materiais, que proporcionaram as iniciativas de mudanças das estruturas sociais e econômicas. Diante de tal questão, percebe-se que antes da propriedade, o Estado que esteve como objeto central das lutas.

A intervenção legislativa do Estado durante os anos de 1974 a 1976, momento dos governos provisórios, gerou uma reforma agrária que foi fruto dos interesses dos sindicatos e dos trabalhadores rurais, sendo assim, os Decretos- Leis (Lei 406-A/75, Lei 407/75 e Lei 407-A/75, Lei 541-B/75, Lei 407-C/75, Lei 406-B/75) foram de suma importância para a legitimidade das ocupações e do processo revolucionário agrário. Resultando em Portugal, este processo legislativo, na implantação da Constituição de abril de 1976.

Quanto aos jornais que foram fontes desta pesquisa nota-se que possuíam ideologias distintas quanto ao processo de conquista da reforma agrária, visto que para o jornal Diário do Alentejo o MFA e os partidos seriam importantes agentes para

V Encontro Discente de História da UFRGS, Porto Alegre, v. 13, n. 29, janeiro 2022

a consolidação dos objetivos dos trabalhadores, já para o jornal Combate esta conquista só ocorreria por meio da autogestão da luta dos trabalhadores, ou seja, sem a influência de nenhum dos partidos e nem do MFA. Portanto, nas notícias analisadas do Combate, o que podemos perceber é que este jornal foi importante para dar voz as causas trabalhistas, ponto em comum com o jornal Diário do Alentejo. Observa-se, que ambos estavam ideologicamente em prol da concretização de tornar hegemônico o projeto dos trabalhadores rurais, porém, defendiam diferentes perspectivas quanto ao processo de condução e consolidação deste projeto.

## Referências

### Fontes

Diários do Governo Português (1974- 1976).

Jornal Diário do Alentejo (1974-1976)

Jornal Combate (1974-1976)

### Bibliografia

ALMEIDA, Maria. A revolução do Alentejo: Maria. *A revolução do Alentejo: Memória e trauma da reforma agrária em Avis*. Viseu: Tipografia Guerra, 2006.

BARRETO, António. *Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal (1974-1976)*. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

GRAMSCI, Antônio. *Del Cárcere*. Turim, Giulio Einauldi, 1977.

MURTEIRA, António. *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2004.

SOEIRO, José. *Reforma Agrária: A Revolução no Alentejo*. Lisboa: Página a Página-Divulgação do Livro S.A, 2013.

## A mercantilização do trabalho agrícola estudada através da oralidade

The commodification of agricultural work studied through orality

Tamara Juriatti<sup>1</sup>

O trabalho agrícola passou por grandes modificações nas últimas décadas, do uso da ordenha estritamente manual para a possibilidade da ordenha estritamente robotizada, da plantadeira manual, que enterrava semente por semente na roça passamos a usar máquinas que semeavam hectares em poucas horas. Mudanças como estas implicaram em alterações tanto na forma da humanidade se alimentar como no modo como agricultores/as trabalham. Se pretende abordar estes processos através do olhar sobre a crescente mercantilização da agricultura a partir da segunda metade do século XX em uma comunidade rural no município de Constantina/RS. A comunidade, de agricultores familiares, se formou após os crescentes processos de intrusão de terras indígenas, promovidas pelo Estado para tentar sanar a crise de distribuição de terras para a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, e passou por uma migração no início do século XXI após a Terra Indígena de Serrinha ser redemarcada.

A partir deste momento o grupo em estudo passou a residir no município de Chiapetta, também no estado do Rio Grande do Sul onde formou o Reassentamento Cristo Rei, em uma propriedade de grandes extensões comprada pelo Estado para

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: tamara\_juriatti@outlook.com .

saldar uma dívida da proprietária e que passou a ser o lar de dezenas de famílias de pequenos/as agricultores/as

Com este ensaio procuramos entender quais foram as mudanças que aconteceram na agricultura e como elas afetaram a vida e o trabalho do grupo abordado, usando para o estudo relatos dos/as agricultores/as. Buscando compreender as mudanças na vida material e o que elas significaram em termos de saberes e autonomia familiar.

O trabalho pode ser entendido a partir de Marx (2017, p. 255) como “[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. O objeto é o que se espera produzir e os meios de trabalho interpõe o trabalhador e o seu objeto (Ibid. p. 256).

Para o autor o que diferencia as épocas econômicas, não é o que se produz, mas como se produz, com que meios de trabalho (Ibid. p. 257). A soja e o leite, que são os produtos mais produzidos de forma comercial pelas famílias aqui abordadas, fazem parte da alimentação humana a alguns milênios, o que mudou foram os meios de trabalho, a escala de produção e a destinação destes produtos.

Joel Carini (2010, p. 85) aponta quatro elementos principais da agricultura familiar que perpassam o tempo: terra, trabalho, família e comunidade, todos interligados, influenciando e sendo influenciados. A terra é usada para o trabalho familiar e a comunidade é uma rede de apoio à família agricultora.



O trabalho agrícola está envolto em relações sociais que dependem do desenvolvimento dos meios de produção, entendendo que as mudanças nos meios de produção desenvolveram, de forma gradual, no Norte do Rio Grande do Sul, o que aqui caracterizaremos, com o auxílio de Paulo Alentejano (2012, p. 759), como trabalho familiar integrado e subordinado às agroindústrias. Nesta etapa de desenvolvimento das relações sociais as famílias realizam seu trabalho em sua propriedade como forma de reprodução social, mas elas estão submetidas a empresas agroindustriais, para quem fornecem o produto do seu trabalho, e são essas empresas que ditam o padrão produtivo e o preço dos produtos.

Para Clério Plein (2010, p. 103): “O termo mercantilização é utilizado para representar o processo de integração da agricultura familiar aos mercados, como por exemplo, na comercialização da produção, aquisição de insumos e acesso ao crédito” No processo de produção agrícola a maioria dos meios de produção passaram à vir da indústria do agronegócio, inserindo as famílias agricultoras na economia e na dependência capitalista.

Ellen e Klaas Wortmann (1997, p. 15) pensam o trabalho não apenas como uma atividade que se encerra em si, mas que carrega na sua execução simbologias e construções sociais, além da produção de cultivos, o trabalho produz culturas. Na mesma linha Vandana Shiva (2003, p. 17) argumenta que diversidade das comunidades tradicionais e uniformidade do agronegócio não são somente formas de viver, mas de pensar também. Portanto as mudanças nos meios de produção também influenciam as lógicas de trabalho.

As entrevistas foram realizadas com moradores/as do Reassentamento Cristo Rei em Chiapetta, estas pessoas passaram grande parte da vida delas morando em Constantina/RS na virada para o século XXI migraram para Chiapetta/RS. A primeira geração de entrevistados/as nasceu na década de 1930 e 1940, sendo a geração que invadiu a Terra Indígena (TI) e/ou comprou as propriedades rurais do Estado quando este legalizou o fim da TI, no tempo presente estas pessoas possuem em média oitenta anos, sendo composta por um homem e quatro mulheres. A disparidade de gênero é ocasionada por uma expectativa menor de vida dos homens no Reassentamento em relação as mulheres, sendo cinco o número total de pessoas desta geração ainda vivas ou com condições mentais de responder as perguntas. A segunda geração de entrevistados é composta por filhos e filhas da primeira, nascidos nas décadas de 1950 e 1960, e que, no tempo presente, possuem entre cinquenta e setenta anos, foram seis entrevistados/as, três homens e três mulheres.

Nas entrevistas a mercantilização da agricultura e as mudanças no mundo do trabalho aparecem em vários momentos. Primeiramente destacamos as relações comerciais, que se abriram para locais mais distantes, no século passado as relações comerciais eram localizadas na comunidade, a venda da produção era para um comerciante local, o mercado era na comunidade, os moinhos para farinhas eram na comunidade, o processamento de alguns produtos, como cachaça, da cana de açúcar, também se davam ali. Gradualmente estas relações se expandiram, o produto do moinho passou a ser adquirido no mercado, os pequenos comércio da comunidade diminuíram e as famílias começaram a ir para a cidade adquirir seus produtos, a

produção que era armazenada em casa ou vendida para comerciantes da própria comunidade passou a ser vendida ou armazenada em cooperativas e empresas.

A lista de compras do mercado passou a ficar maior, no século passado as compras se resumiam a café, sal, açúcar branco e tecidos, o restante era produzido pela própria família: açúcar mascavo, queijo, salame, sabão, cachaça, banha, melado, bolacha, salgados, pães, massas e outros. Muitos alimentos processados ainda são produzidos pelas famílias entrevistadas, mas a frequência de consumo e o número de pessoas produzindo sofreu uma redução.

Além do mercado, as famílias passaram a investir muito mais capital em meios de produção: sementes, adubos, agrotóxicos, secantes, remédios para as vacas de leite, produtos químicos para a lavagem da ordenha, produtos para o cotidiano das práticas de ordenha, combustível para maquinário e máquinas com as mais diversas funções, tanto para a produção de grãos quanto para a ordenha. Muito valor produzido no campo é transferido para as empresas do agronegócio e indústria alimentícia.

As pessoas que passaram pelo processo histórico da crescente mercantilização agrícola ainda possuem muitos saberes sobre plantas com usos medicinais, época de plantio adequada para cada planta e processamento de alguns alimentos. Apesar de o capitalismo ser homogenizante, tentando dividir os espaços agrícolas por cultura plantada, a grande maioria das famílias do assentamento possuem sua horta, um pedaço da lavoura reservado para o cultivo de alimentos para a subsistência e faz o processamento de alguns alimentos em casa. Porém os relatos colocam que alguns cultivos foram se tornando difíceis, a batatinha é plantada

somente com uma batata que receba tratamento para não estragar embaixo da terra, a cebola não dura o ano todo, estraga rápido, melancias são produzidas com muita atenção para sobreviverem ao verão e aos insetos, o solo é fraco e o desequilíbrio biológico é crescente.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista provocou inúmeras mudanças no trabalho das famílias de pequenos agricultores. Seu trabalho ficou mais especializado em algumas mercadorias, neste caso na soja e no leite, as sementes de uma safra não podem ser usadas na outra, os custos com meios de produção aumentaram significativamente, as vacas leiteiras foram passando por um processo de isolamento dos outros espaços e animais da propriedade, o envolvimento de toda a família na produção não é mais unânime, os saberes construídos ao longo das gerações de camponeses não são mais tão necessários, as idas à cidade ficaram mais constantes e a quantidade de capital deixado no meio urbano aumentou, a alimentação ficou mais ultraprocessada, os professores da escola passaram a vir da cidade, as missas passaram a ter menos fiéis, as idas ao posto de saúde aumentaram e ao consultório psiquiátrico também, o controle de pragas ficou mais difícil e o agronegócio vende cada vez mais agrotóxicos.

Apesar de todas essas transformações que envolveram o trabalho dos/as agricultores/as nem tudo mudou, muitas das práticas usadas décadas atrás ainda permanecem. Os saberes que envolvem o cultivo de soja, milho e leite para o agronegócio alteraram a dinâmica da vida camponesa, porém durante as entrevistas e no cotidiano como pessoa que faz parte da comunidade ainda são nítidas as

pequenas permanências que fazem toda a diferença. As vacas ainda são chamadas por nomes próprios, os vizinhos colaboram para que os trabalhos mais extenuantes sejam realizados, o cantinho da horta e das “muidezas” ainda existe e é usado, o pomar permanece, em algumas casas as galinhas caipiras também, as vizinhas se trocam flores, mudas e sementes, o mato ainda é fonte de cura, alimentos processados são produzidos nas propriedades, o escambo de produtos e favores entre vizinhos é constante. Enfim, são várias práticas que resistiram ao avanço do agronegócio, que caracterizam o campesinato e que ainda estão presentes.

Não é o objetivo do trabalho ser nostálgico e propor que em décadas passadas a vida dos/as camponeses/as era melhor do que no século XXI, o trabalho com o trator, com certeza, é menos desgastante do que com a enxada, ter previdência social, acesso a plano de saúde público e políticas públicas que protegem as famílias em casos de quebra de produção são avanços significativos. O que colocamos em questão é o uso feito pelo agronegócio desta tecnologia. Em vez de aumentar o consumo de alimentos saudáveis, garantindo diversidade de produção e qualidade de vida para as famílias produtoras, o que aconteceu no modo de produção capitalista foi justamente o contrário, a alimentação do planeta ficou cada vez mais baseada em alimentos ultraprocessados, a diversidade alimentar está se perdendo, a produção agrícola passou a ser menos destinada aos humanos e mais aos animais, e os/as pequenos/as agricultores/as recebem pouco do que produzem, contraem as mais diversas doenças, contando com depressão, ansiedade e câncer, e a carga horária de trabalho não diminuiu muito.

## Referências

CARINI, Joel João. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. 2010, p. 333. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2010.

MARX, Karl. O processo de trabalho. In: *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. 1 v. Tomo I. p. 297-304. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/ocapital-1.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf) >. Acesso em: 10 out. 2019.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. *Informe GePec*, v. 14, n. 2, p. 96–111, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/4008>>. Acesso em: 03 out. 2019.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gala, 2003.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

## **Os mensus nas obrages do oeste do Paraná: disputas de percepções em torno das narrativas históricas dos trabalhadores mensalistas, 1900 e 1940**

Mensus in the obrages of West Paraná: disputes of perception around historical narratives of monthly workers between 1900 and 1940

Vanderson Wiliam Ribeiro Silva<sup>1</sup>

### **Introdução**

As empresas ervateiras conhecidas como Obrages foram companhias estrangeiras que exploraram erva mate e madeiras nas regiões da Bacia do Prata, mais especificamente em localidades da Argentina, Paraguai e Brasil. Dessa maneira, entre o final do XIX e início do século XX, Obrages argentinas e paraguaias se situaram onde atualmente é o Oeste do Paraná. Muitas dessas empresas recebiam a concessão por parte do Estado, compravam terras na região, ou até mesmo invadiam de forma ilegal a localidade. Nesse sentido, Obrages famosas como: Porto Artaza, Companhia Matte Larangeira e Companhia Domingos Barthe, serão mencionadas no presente estudo.

Os indivíduos que trabalhavam nas empresas ervateiras eram chamados de mensus, sendo a nomenclatura advinda do trabalho mensal realizado por esses empregados. Essas pessoas podiam exercer os mais diversos ofícios, sendo os principais: a exploração e a coleta da erva mate nas matas e ou o transporte da erva mate para os armazéns e portos das Obrages, a depender da região de trabalho.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de história (licenciatura) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus de Marechal Candido Rondon-PR. Contato: willianramos@gmail.com.

Muitos desses trabalhadores eram paraguaios e ou indígenas, sendo contratados em portos da Argentina ou nas porções de terras próximas às obras. Assim, em relação a esse assunto, é preciso ressaltar que existe uma ambiguidade sobre a identidade dos *mensus*. Essa confusão parte da lógica que o indígena e o paraguaio falam a língua guarani e por isso em muitos textos, mencionasse que os *mensus* eram vindos apenas do Paraguai, o que de certa forma deslegitima a concepção identitária a respeito dos indígenas na região do Oeste do Paraná, conforme SALLES, Jefferson; BERGOLD, Raul; FILHO, Ener (2016, p. 129).

Nesse sentido, há muitos textos, sejam eles bibliografias, ou fontes históricas que tratam das questões que envolvem as Obras e por consequência mencionam os trabalhadores *mensus*. Assim, o presente trabalho tem como finalidade a realização de um balanço histórico em torno de alguns desses textos, com o intuito de compreender as noções, que os autores empregam a respeito do trabalho e a identidade dos *mensus* nas Obras entre os anos de 1900 e 1940. Dessa maneira, a seguir serão apresentados três livros bibliográficos e uma fonte histórica para observar as convergências e divergências presentes nas obras em relação a temática proposta.

### **Obrageros, *mensus* e colonos: história do oeste paranaense**

A primeira obra trata-se do livro escrito por Ruy Cristovam Wachowicz em 1987. O texto propõe uma abordagem da História Local, focando-se nos diferentes períodos da história do Oeste do Paraná. Dessa forma, a proposta principal do livro é abranger



o maior público possível, buscando ir além do âmbito acadêmico, utilizando-se de uma linguagem mais simples e objetiva. Também é interessante mencionar que existe no livro a utilização de fontes escritas e orais. Porém é preciso explicitar que essas fontes tem apenas a finalidade de elucidar de forma mais palpável as argumentações usadas pelo autor, o que diminui o alcance que a fonte pode propor para o assunto.

O autor realiza descrições minuciosas quando aborda a sistemática das Obrages. Nesse sentido, Wachowicz (1987, p.44-46) expõe o começo das empresas em regiões da Argentina, situando como funcionava o sistema de exploração da erva mate, bem como o início da ocupação das Obrages no Paraná.

Quando o autor trata da questão da identidade dos mensus, esse o expõe da seguinte forma:

Essa numerosa mão de obra não era brasileira, era preferencialmente paraguaia i.é guarani. São os denominados guarani modernos, descendentes dos índios aldeados pelos jesuítas [...] muitos deles miscigenaram-se com as populações rurais [...] essa população de origem indígena, falando o guarani, há séculos convivendo com as populações brancas, consideradas civilizadas, é que vieram fornecer a leva principal da mão de obra. (WACHOWICZ, 1987, p. 47).

Como observado acima, Wachowicz primeiramente deixa explícito que os trabalhadores mensus não tinham a nacionalidade brasileira. Nesse sentido, é preciso primeiramente ter em mente que a região do Oeste do Paraná tinha uma “fronteira fluida”, ao qual não existia necessariamente um controle do território. Partindo dessa lógica, o autor buscou se atentar a um discurso nacionalista que explicita uma suposta

invasão do território brasileiro por parte dos obrageros e trabalhadores mensalistas paraguaios.

Fica explícito também a narrativa identitária que o autor utiliza, quando menciona que os mensus eram guaranis modernos (WACHOWICZ, 1987, p.47). Assim, Wachowicz aparenta relacionar a noção de modernidade com civilidade, aspecto que pode ser observado no trecho a seguir:

o guarani moderno, que escapou dos paulistas e dos colonos paraguaios, caía novamente nas mãos ávidas de grandes e fáceis lucros dos obrageros. Eram, portanto, grupos ainda indígenas [...] que não viviam mais em regime tribal [...] o guarani moderno, portanto não resistia mais à moda antiga, não agredia fisicamente e não fugia. (WACHOWICZ, 1987, p.47).

A respeito do trabalho dos mensus, Wachowicz menciona que:

Ele [antecipo<sup>2</sup>] era o início de uma corrente de ferro que tornava os mensus, se não escravos, verdadeiros servos, presos ao patrão por uma conta corrente [...] dessa forma o patrão ganhava duplamente: pagando salário ínfimo e obrigando o mensu a abastecer-se no armazém da empresa. O mensu, dificilmente conseguia pagar o que recebeu e se não tentasse fugir, provavelmente morria devendo. (WACHOWICZ, 1987, p. 49-50).

Pode ser observado no trecho acima que o autor trata das condições de forma dramática, elucidando a questão do cerceamento da liberdade por conta das dívidas acumuladas aos mensus, prática bastante recorrente no campo rural. Assim, também é possível ponderar que as circunstâncias de trabalho desses sujeitos eram trágicas, partindo da perspectiva que o emprego realizado por eles era árduo e sem fim.

---

<sup>2</sup> Uma espécie de pagamento antecipado, que era cedido ao mensu, após a realização do contrato de trabalho.

## Guahyrá - Guaíra

O segundo texto do presente estudo trata-se do livro escrito por Hortência Zeballos Muntoreanu em 1992. A autora redigiu o texto com o intuito de registrar a história do Município de Guaíra, mencionando dessa forma a Obraje Matte Larangeira, que se estabeleceu na região da atual cidade em 1901.

Nesse sentido, existem dois pontos a serem explicitados sobre a obra. O primeiro que a autora era uma cronista, não explicitando o uso de fontes históricas, em contrapartida se embasando nas memórias de pessoas que foram residentes na região. O outro ponto sobre o livro, é que esse foi financiado pela Prefeitura Municipal de Guaíra, algo que pode ter influenciado nos pontos e focos que a autora propõe.

Assim, quando a autora trata do pertencimento identitário dos trabalhadores, demonstra primeiramente que os mensus eram “os operários sem nenhuma qualificação, pessoas muito simples, em sua maioria paraguaios, poucos argentinos” (MUNTOREANU, 1992, p.47).

O pequeno recorte apresentado acima elucida uma perspectiva onde o pertencimento nacional se sobressai sobre à identidade individual. Partindo dessa lógica, a autora generaliza esses trabalhadores, construindo sobre eles, uma mentalidade como se todos fossem apenas paraguaios e ou argentinos.

Quando, Muntoreanu aborda a questão do trabalho, a autora menciona que:

Briosos no trabalho, custasse o que custasse, os mensus faziam de tudo para não errar e não ser desmoralizados. O maior orgulho para eles era serem considerados valentes e trabalhadores. Isso valia mais que dinheiro. No entanto, preocupavam-se apenas com o dia-a-dia, o futuro não contava. Além

do trabalho, o importante era um bom prato de locro e uma boa china. (MUNTOREANU, 1992, p. 47).

Nesse sentido, fica evidente que a escritora generaliza o trabalho nas obrages, quando menciona que o “fazer tudo para não errar” era mais preocupante do que o próprio pagamento dos mensus. Em decorrência desse fato, Muntoreanu possivelmente não recorre as questões das necessidades físicas e ou diretas, como o próprio pagamento e as mercadorias conseguidas por meio do trabalho.

Também é preciso mencionar que Muntoreanu não teve como propósito aprofundar a temática dos mensus no livro. Esse aspecto se deve ao fato de a obra buscar retratar toda a história do Município de Guaíra, não havendo necessariamente a proposta de se especificar em temas específicos como o trabalho dos mensus.

### **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**

O terceiro texto apresentado refere-se ao livro de José Augusto Colodel, sendo a obra redigida em 1988. O livro busca retratar a história do Município de Santa Helena no Oeste do Paraná de seus primórdios até a década de 1960. Assim, é preciso considerar que a intencionalidade da construção da obra é um pouco semelhante ao texto de Muntoreanu, como observado acima. Porém, diferente do texto mencionado, Colodel foca-se na Obrage Domingos Barthe que se situou em Santa Helena.

Colodel aborda da seguinte forma a questão da identidade dos mensus:

Durante toda a conjuntura em que se processou a exploração da erva-mate e da madeira no Oeste do Paraná por companhias estrangeiras, a maioria quase absoluta da mão-de-obra empregada nessas atividades exploratórias era composta por trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos: mensus ou peões. (COLODEL, 1988, p. 53).

Como fica evidente, o escritor percebe os mensus, como “guaranis modernos”, perspectiva que também é observada no texto de Wachowicz (1987, p.47). Assim, é possível ponderar que ambos autores consideram os mensalistas apenas como paraguaios, o que exclui a diversidade desses mensus, caracterizando-se como uma generalização.

Assim, Colodel novamente ressalta esse pertencimento identitário, quando menciona que: “A mão-de-obra empregada era composta por paraguaios, muitos deles trabalhadores já anteriores contratados de forma ilegal e/ou legal” (COLODEL, 1988, p.65). Nesse trecho, o autor novamente traz a noção dos mensalistas como apenas paraguaios, elucidando também que esses mensus trabalhavam de forma recorrente nas obras de maneira ilegal.

Nesse sentido, ao longo do texto, Colodel aborda a questão do trabalho e das condições dos mensus na obra de Domingos Barthe. Em relação ao emprego desses sujeitos, o autor menciona que: “A maximização dos lucros [dos obrageros] se acentuava a medida em que a mão de obra empregada recebia salários baixíssimos e os produtos explorados tinham excelente aceitação nos mercados consumidores, sendo vendidos a um bom preço. (COLODEL, 1988, p.53-54). Assim, Colodel expõe uma dicotomia do trabalho desses mensus, no qual o emprego era recompensado de

forma mínima, enquanto que os produtos coletados eram altamente valorizados pelos mercados locais.

O autor também salienta a seguinte colocação:

Trabalhando nas matas mais de dez horas por dia em atividades que provocavam um grande desgaste físico, os mensus necessitavam ter uma dieta alimentar bastante rica e variada. Isto realmente não acontecia e nenhuma obrage. Como os obrageros não cediam gratuitamente alimentação para seus peões, estes procuravam alimentar-se da maneira mais simples possível, já que os custos com a compra de víveres sendo altos tenderiam a aumentar ainda mais a conta corrente no barracón (COLODEL, 1987, p.84).

No trecho acima, ficam evidentes alguns aspectos relevantes para o entendimento do cotidiano de trabalho dos empregados das obrages. Ficou elucidado que esse emprego era realizado de forma constante durante dez horas, o que demonstra que o trabalho era extremamente cansativo. Também fica demonstrado que a dieta alimentar de um mensu havia de ser extensa e rica, por conta do trabalho. O que novamente corrobora com a lógica do esforço árduo exercido na Obrage Domingos Barthe.

### **A coluna da morte**

O último livro mencionado na presente pesquisa se refere ao texto redigido por João Cabanas em 1924. A obra foi escrita por um militar do movimento tenentista da década de 1920, sendo uma fonte histórica. O autor comandou a “Coluna da Morte” e passou com suas tropas na região Oeste Paranaense, tendo contato com o obragero Júlio T. Allica e a Obrage Porto Artaza. Nesse sentido, João Cabanas menciona as suas vivências por meio de um diário, no qual relata todas informações sobre a

passagem pelo Paraná, incluindo a sua perspectiva acerca dos trabalhadores mensus.

João Cabanas menciona da seguinte forma as condições dos mensus:

Passados quatro dias, começou a chegar o pessoal, formando-se depois uma multidão de mais de mil indivíduos andrajosos, tendo cada um em si os característicos da vida miserável que passavam sem os mais rudimentares cuidados de higiene [...] A grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos de pé, faces intumescidas pela ancilostomíase ou pelo mal de Chagas (CABANAS, 2014, p. 172).

O trecho acima elucida as circunstâncias de maus tratos ocorridas dentro da Obrage Porto Artaza. Aparentemente, Cabanas tem uma percepção dramática em torno das condições de vivências desses mensus, deixando o leitor até mesmo horrorizado com essas situações. Nesse sentido, o autor também utiliza a expressão “andrajosos”, possivelmente com o propósito de se referir que esses sujeitos andavam somente nos trapos, seja a respeito das roupas utilizadas ou até mesmo na forma de cansaço.

Dessa maneira, é necessário explicitar, que muitos autores<sup>3</sup> consideram o obragero Júlio T. Allica, como um dos mais cruéis na região, sendo esse cenário bem evidente a partir da percepção que Cabanas expõe no trecho acima.

A respeito do trabalho, Cabanas coloca que:

Os famosos capatazes, modernos e sanhudos feitores, sem alma e sem consciência, brutais até a violência, encarregados de exaurir as forças daqueles escravos até o aniquilamento, para extrair da mata bruta a preciosa folha que, remetida aos moinhos de Buenos Aires, se transforma em ouro. O trabalhador do erval é, sem dúvida alguma, um verdadeiro escravo olvidado

---

<sup>3</sup> Vide: WACHOWICZ, Ruy, p.58

pela lei de 13 de maio de 1888, que dele não cogitou. (CABANAS, 2014, p. 173).

Fica evidenciado a relação do trabalho dos mensus à folha que se transforma em ouro, se referindo a erva mate. Cabanas também demonstra que esses sujeitos foram deixados à margem da Lei Áurea, explicitando as circunstâncias da escravidão por meio da dívida. Ao mesmo tempo, o autor percebe essa situação com a perspectiva nacionalista, partindo da lógica que o Estado Brasileiro necessitava de aplicar a Lei Áurea para proteger esses sujeitos.

Com relação a identidade, Cabanas menciona que:

O escravo é sempre paraguaio ou brasileiro, porém o capataz, este na sua quase totalidade, viu a luz do dia na província de Corrientes, República Argentina, cujos filhos, com raras exceções, tem contra o brasileiro e o paraguaio manifesta antipatia. [...] cantado por toda coluna, inclusive os voluntários paraguaios, assim chamados porque somente falavam o guarani e castelhano, mas eram nascidos em terras brasileiras (CABANAS, 2014, p. 174-181).

No primeiro momento do trecho, Cabanas menciona que os “escravos” nas obrages eram ou paraguaios, ou brasileiros, o que indica novamente a percepção da identidade nacional, noção que Muntoreanu (1992, p.47) também utiliza. O autor também expõe essa percepção, quando realiza o paralelo entre o mensu “escravo” e o capataz de origem argentina.

Outro aspecto interessante, é quando Cabanas escreve que os voluntários da obrage cantavam em castelhano o Hino Nacional Brasileiro, sendo pessoas paraguaios nascidas em terras brasileiras. Aparentemente, Cabanas observou esses indígenas guaranis e os confundiu com os paraguaios por conta da sua língua. Assim,



a perspectiva de SALLES, Jefferson; BERGOLD, Raul; FILHO, Ener (2016, p. 129) abordada no início do presente estudo pode ser observada na prática na percepção de Cabanas.

Para finalizar, é preciso mencionar que a utilização dos trechos dos autores no presente estudo, teve como finalidade apresentar as percepções de identidade e trabalho que os escritores tiveram sobre os mensus. Foi se buscado a realização de breves ponderações sobre os textos, não necessariamente com a intencionalidade de aprofundar a temática. Nesse sentido, o presente estudo não visou esgotar todas as possíveis reflexões em torno da discussão. Por conta disso, ainda existe o intento de refletir e pesquisar sobre as questões que envolvem os mensus nas obras do Oeste Paranaense, em futuros trabalhos.

## Referências

CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. São Paulo: Unesp, 2014.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paraná até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

MUNTOREANU, Hortência Zeballos. *Guahyrá – Guaira*. São Paulo: Arte Impressa, 1992.

SALLES, Jefferson de Oliveira; BERGOLD, Raul Cezar; FILHO, Ener Vaneski. Vidas Amargas: Indígenas explorados pelas obrages (1860-1950). In: MAMED, Danielle de Ouro; CALEIRO, Manuel Munhoz; BERGOLD, Raul Cezar (Orgs.) *Os Avá Guarani no Oeste do Paraná: (Re) Existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016. p.121-140.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1987.